



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

NOTA PÚBLICA

Na madrugada do último domingo, 16 de novembro, uma área de retomada do povo Guarani Kaiowá, localizada em Pyelito Kue, na Terra Indígena (TI) Iguatemipecuá I, foi alvo de um ataque. O incidente, supostamente perpetrado por membros de uma milícia armada, resultou na morte de um indígena e deixou outros quatro gravemente feridos.

A TI Iguatemipecuá I, situada no município de Iguatemi/MS, está delimitada desde 2013. Contudo, o processo de regularização fundiária encontra-se paralisado há 12 anos, aguardando a edição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A demora prolongada na conclusão do processo de demarcação das terras Guarani Kaiowá tem se mostrado um fator determinante para o agravamento dos conflitos fundiários na região. Recentemente, as comunidades indígenas intensificaram as retomadas de áreas dentro de seu território tradicional, mobilizando-se também contra o uso irregular e a pulverização de agrotóxicos sobre seus territórios.

A célere apuração das circunstâncias do ataque à comunidade de Pyelito Kue é de urgência vital, especialmente diante da alegação de participação de agentes de segurança pública.

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal considera inadmissível que atos de violência como este continuem a ocorrer contra os povos indígenas no Brasil, em pleno século XXI.

Diante da gravidade da situação vivenciada pelo povo Guarani Kaiowá, este órgão manifesta sua solidariedade aos familiares das vítimas e à comunidade indígena de Pyelito Kue, informando, ainda, que acompanhará e apoiará firmemente a atuação do membro do MPF com atribuição para o caso, visando garantir todas as medidas necessárias para a proteção dos direitos fundamentais da comunidade Kaiowá de Pyelito Kue, com ênfase na conclusão urgente do processo de demarcação da Terra Indígena.

Brasília, 17 de novembro de 2025.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 6ª CCR/MPF